

Vice-Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO
DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2013, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Fernandes Pereira e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, Armínio José Teixeira Mendes, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal, por se encontrar numa reunião da CIMDOURO, em Vila Real.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e quarenta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

EXÉRCITO (COD 08)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do teor do ofício, proveniente do Chefe do Estado-Maior do Exército, no qual manifesta o seu profundo reconhecimento por todo o apoio prestado pela Câmara Municipal no âmbito das comemorações do Dia do Exército, que tiveram lugar na nobilíssima cidade de Lamego.

Vice-Presidente

Secretária

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento e congratulou-se com o agradecimento.

PAGAMENTOS (COD 45)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo da listagem mensal das despesas autorizadas no mês de outubro de 2013.

Deliberado: O Executivo tomou conhecimento.

ASSUNTO: LISTAGEM DA ACEITAÇÃO DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA (COD 42)

O senhor Vereador das Obras e Urbanismo deu conhecimento ao executivo da listagem da aceitação de comunicação prévia.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (COD 42)

O senhor Vereador de Obras e Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projetos de arquitetura aprovados de obras particulares, no mês de outubro de 2013.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

OBRAS PARTICULARES (COD 42)

O senhor Vereador de Obras e Urbanismo deu conhecimento ao executivo do mapa resumo da atividade desenvolvida na Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, durante o mês de outubro de 2013.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes**, face aos relatórios apresentados pela Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico, salientou o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores afetos àquela divisão.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que efetivamente o trabalho desenvolvido por todas as divisões do Município é meritório, no entanto, o trabalho desta divisão é mais evidenciado por enviar às reuniões de Câmara mensalmente a sua actividade, podendo assim o Executivo acompanhar mais de

Vice-Presidente

Secretária

perto, matérias que dizem respeito directamente e de forma objectiva aos nossos Municípios. Trata-se de assuntos que são possíveis quantificar, pois tal como acontece com outras divisões, muitos outros assuntos são tratados no dia a dia, mas não são individualmente “contabilizados”.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 6 de novembro de 2013, cuja dotação orçamental é de 1.264.670,88€ e dotação não orçamental é de 161.876,80€.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** solicitou informação adicional sobre os pagamentos à Telecomunicações Móveis Nacionais – TMN dos valores de 6137,70€ e 1401,79€ a qual lhe foi prestada pelo Chefe da Divisão de Finanças e Património.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE OUTUBRO DE 2013 (COD 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 29 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Relativamente à ata o **vereador Manuel António Rebelo Ferreira**, referiu que existe um problema grave, que é necessário analisar e resolver. Foram incluídos e apreciados após ordem do dia, diversos pontos que estão ilegais. Era necessário que 2/3 dos vereadores aprovassem a inclusão daqueles pontos, o que não aconteceu. A votação foi de 4 vereadores a favor da Coligação Todos Juntos por Lamego e 3 vereadores contra do Partido Socialista.

Chamou ainda a atenção para a necessidade de uma melhor programação e planeamento das agendas das reuniões de Câmara.

Vice-Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que tem uma interpretação diferente da dos senhores vereadores do Partido Socialista, já que os assuntos em causa faziam parte da Agenda previamente enviada e como tal incluídos nos pontos da reunião, entendendo que a sujeição dos assuntos a 2/3 de votação se destina a assuntos apresentados na própria reunião, o que não era o caso.

02-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD. 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO CARLOS JERÓNIMO PEREIRA

LOCAL: LUGAR DAS AMOREIRAS, VIVENDA 7 – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 514/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 790/DMSU, de 23 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 98527, de agosto de 2013, no valor de 456,55€, fatura n.º 111866, de setembro de 2013, no valor de 324,25€ e fatura de outubro de 2013 a emitir em novembro, no valor de 191,95€, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a ser de 146,60€, 111,15€ e 75,69€. Considerando que o consumidor liquidou a fatura do mês de agosto de 2013, deverá o remanescente recair a favor do requerente.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

Vice-Presidente

Secretária

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Vice-Presidente

Secretária

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

03-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD. 01)

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS CARDOSO LIMA

LOCAL: LUGAR DO CRUZEIRO, BARRONCAL – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 515/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 786/DMSU, de 22 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 117578, de outubro de 2013, no valor de 201,75€, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 79,82€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de*

Vice-Presidente

Secretária

taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

04-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD. 01)

REQUERENTE: JOSÉ JESUS CARDOSO

LOCAL: LUGAR DE VILA MEÃ – FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 516/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 801/DMSU, de 25 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 117513, de

Vice-Presidente

Secretária

setembro de 2013, no valor de 123,05€, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 48,99€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vice-Presidente

Secretária

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

05-ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD. 01)

REQUERENTE: HERMÍNIA DO CARMO TEIXEIRA

LOCAL: RUA DR. JUSTINO PINTO DE OLIVEIRA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 531/01/13, do senhor Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º 814/DMSU, de 30 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 106964, de setembro de 2013, no valor de 167,45€, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 69,13€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que*

Vice-Presidente

Secretária

agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Munícipes pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo

Vice-Presidente

Secretária

com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

06-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: VANESSA CARDOSO VIEIRA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 532/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 28 de outubro de 2013, a senhora Vanessa Cardoso Vieira, residente no Bairro de Nazes, Bloco 4 casa 2, Lamego, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 26881, em 15 prestações mensais de 11,31€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 169,69€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de abril de 2012 a agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

Vice-Presidente

Secretária

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Vice-Presidente

Secretária

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

07-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: JOÃO PEDRO DOS SANTOS CARVALHO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 517/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 8 de outubro de 2013, o senhor João Pedro dos Santos Carvalho, residente em Vila Meã, Ferreirim, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 1074, em 6 prestações mensais no valor de 27,16€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 162,97€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de fevereiro a agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que*

Vice-Presidente

Secretária

o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

08-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD. 01)

REQUERENTE: RAUL FEVEREIRO

Vice-Presidente

Secretária

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 518/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 11 de outubro de 2013, o senhor Raul Fevereiro, residente na Quinta de Santo António, Lote 33, Bloco A-2º Frente, Lamego, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 26912, em 12 prestações mensais no valor de 49,49€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 593,83€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de setembro de 2012 a agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma,*

Vice-Presidente

Secretária

foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

09-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD. 01)

REQUERENTE: ALBERTO DA SILVA CARDOSO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 519/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 14 de outubro de 2013, o senhor Alberto da Silva Cardoso, residente no Lugar da Fraga, Lalim, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 1910, em 12 prestações mensais no valor de 57,65€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida

Vice-Presidente

Secretária

ascende ao montante de 691,75€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água do mês de julho de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam*

Vice-Presidente

Secretária

momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

10-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD. 01)

REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL BRANDÃO DOS SANTOS

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 520/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 5 de agosto de 2013, o senhor Joaquim Manuel Brandão dos Santos, residente na Quinta Senhor dos Perseguidos, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 7698, em 3 prestações mensais no valor de 62,47€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 187,41€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água do mês de agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

Vice-Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão*

Vice-Presidente

Secretária

essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

11-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD. 01)

REQUERENTE: AMÉLIA FERREIRA DIAS REIS

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 521/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 9 de outubro de 2013, a senhora Amélia Ferreira Dias Reis, residente no Bairro de Nazes, Bloco 2 – casa 4, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 23952, em 24 prestações mensais no valor de 36,45€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 874,90€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de novembro de 2006 a agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à*

Vice-Presidente

Secretária

austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Munícipes pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Vice-Presidente

Secretária

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

12-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD. 01)

REQUERENTE: MANUEL FEVEREIRO CARDOSO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 522/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, no dia 5 de agosto de 2013, o senhor Manuel Fevereiro Cardoso, residente no Edifício Colina do Paraíso, entrada A, R/C – 2º, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 17149, em 24 prestações mensais no valor de 28,76€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 690,25€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de março a agosto de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os municípios. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento*

Vice-Presidente

Secretária

das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

Vice-Presidente

Secretária

13-ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO PELA TARIFA DE SANEAMENTO (COD 01)**REQUERENTE: ERNESTO RIBEIRO SILVA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 523/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 781/DMSU, de 18 de outubro de 2013, informando que o senhor Ernesto Ribeiro Silva reclamou da cobrança mensal da tarifa de saneamento, tendo em conta que a habitação do requerente não está ligada à rede pública de drenagem de águas residuais, pretendendo a retificação da fatura do mês de julho e agosto de 2013 e o reembolso dos valores que pagou nas faturas anteriores.

Assim, propõe à Câmara Municipal a retificação das faturas n.º 88819, de julho de 2013, e a fatura n.º 102131, de agosto de 2013, com remoção dos valores da tarifa variável e fixa do saneamento.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos.*

Vice-Presidente

Secretária

Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

14-ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO PELA TARIFA DE SANEAMENTO (COD 01)

REQUERENTE: PEDRO MIGUEL SILVA NUNES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 524/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação n.º 773/DMSU, de 15 de outubro de 2013, informando que o senhor Pedro Miguel Silva Nunes requereu a restituição do crédito de 84,68€, relativo ao pagamento

Vice-Presidente

Secretária

das componentes fixa e variável da tarifa de saneamento, entre os meses janeiro de 2010 a julho de 2013, tendo em conta que a habitação do requerente nunca esteve ligada à rede pública de saneamento, devido à diferença de cotas que impossibilita a drenagem dos efluentes produzidos.

Assim, propõe à Câmara Municipal a restituição de 84,68€, ao senhor Pedro Miguel Silva Nunes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam*

Vice-Presidente

Secretária

momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

15-ASSUNTO: ANULAÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: SOCIEDADE VITIVINÍCOLA DA QUINTA DE SANTA EUFÉMIA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 525/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 720/DMSU, de 9/10/13, dando conhecimento que a Sociedade Vitivinícola da Quinta de Santa Eufémia, Lda., sita na Quinta de Santa Eufémia, Parada do Bispo, veio requerer a colocação de válvulas de controlo de pressão na rede pública daquela área, alegando que a pressão elevada que se fez sentir no mês de junho de 2013, provocou uma rotura da canalização do seu sistema predial e que originou o gasto de água apresentado na fatura n.º 74587, do mês de junho de 2013.

Considerando que se confirmou no local a veracidade das alegações do consumidor quanto à causa do registo daquele volume de água no seu contador;

Vice-Presidente

Secretária

- Considerando o preceituado no artigo 20º nº 1, c) do Decreto-Lei n.º 23/95, de 23 de agosto, a pressão máxima, estática ou de serviço, em qualquer ponto de utilização não deve ultrapassar os 600 kPa (6bares) medida ao nível do solo;
- Considerando o preceituado no artigo 294º nº2 do Decreto-Lei n.º 23/95, de 23 de agosto, para evitar danos nos sistemas prediais resultantes de pressão excessiva ou de variações bruscas de pressão na rede pública de distribuição de água, a entidade gestora deve tomar as necessárias providências, responsabilizando-se pelas consequências que daí advenham.

Face ao exposto, propõe a anulação da fatura n. 74587, no valor 318,93€, correspondente a 165m3, e a emissão de nova fatura com valores equivalentes à média apurada no período do ano transato, tendo em conta os meses (junho a novembro) em que se registaram consumos de água.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite*

Vice-Presidente

Secretária

economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

16-ASSUNTO: DENÚNCIA DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (COD 01)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 526/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que, face à informação n.º 800/DMSU, de 25 de outubro de 2013, sejam denunciados os seguintes contratos de água, nos termos do n.º 6 do artigo 58º, do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água e Drenagem de Águas Residuais:

Vice-Presidente

Secretária

Inst.	Consumidor
359	António Rodrigues
1886	Palmira Joaquina Nobre
12181	José Manuel da Silva Carneiro
14409	Maria de Fátima Laranjo de Carvalho
16295	Celestina da Fonseca Guedes Machado
20534	António Pinto
21237	Luciano dos Santos Ferreira
21312	João Nuno Pereira da Fonseca
27618	Maria do Mar Pereira Branco
28031	José Maria e Cruz, Lda.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado.”*

Vice-Presidente

Secretária

Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: “*Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

17-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR (COD 01)

REQUERENTE: MANUEL AUGUSTO COSTA DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 533/01/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o senhor Manuel Augusto Costa da Silva, residente na Urbanização das Fontainhas, 7, em Lamego, solicitou, ao abrigo do n.º 6 do artigo 107º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e do Tarifário da Prestação de Serviços, a integração dos seus consumos de água no tarifário familiar previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.1 da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Vice-Presidente

Secretária

Mais refere que o requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água da instalação predial n.º 11791 de Manuel Augusto Costa da Silva, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vice-Presidente

Secretária

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

18-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: HERCULANO DO VALE MARIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 527/17/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que dá conhecimento da violação do contador de água n.º14188, da instalação predial n.º 26844, cujo titular é Herculano do Vale Maria, residente na Quinta de Santo António, Lote 32, Bloco A - Piso 0 - Esquerdo, apresentando o invólucro do relógio perfurado.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra Herculano do Vale Maria.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que*

Vice-Presidente

Secretária

agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”*

Vereador Jorge Guedes Osório Augusto referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Munícipes pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo

Vice-Presidente

Secretária

com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

19-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDA: QUER1DESAFIO – UNIPESSOAL, LDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 528/17/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que dá conhecimento da violação do contador de água n.º 408036, da instalação predial n.º 27900, cujo titular é a firma Quer1desafio – Unipessoal, Lda., sita no Largo do Coura, n.º 3, 4º - Esquerdo, apresentando o selo de corte rebentado.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere a instauração do processo de contraordenação contra a firma Quer1desafio – Unipessoal, Lda..

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Estes pedidos de pagamento da água em prestações e as contraordenações suscitam preocupação, uma vez que, são reveladores de que os lamecenses estão a expressar dificuldades no pagamento das suas contas da água e saneamento acrescido de mais uma taxa como a da proteção civil, que agrava a situação. As dificuldades socioeconómicas dos lamecenses devido à austeridade e aos sacrifícios impostos pelo Governo, bem como as dificuldades financeiras do município têm sido punitivas para os munícipes. É que esta situação impede que a Câmara ajude os lamecenses aliviando-os de impostos e baixando o preço da água.”*

A senhora **Vereadora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira** proferiu o seguinte: *“O Município de Lamego tem tido uma sensibilidade acrescida relativamente a todo o tipo de questões sociais. No que concerne ao pagamento das contas de água, tem-se tido a preocupação de não cortar o abastecimento*

Vice-Presidente

Secretária

da mesma pela ausência ou atraso no pagamento. A partir do momento em que o atraso ou a impossibilidade de pagamento acontece, é feito um acordo em que o devedor estabelece a quantia a pagar de acordo com a sua disponibilidade financeira. Por outro lado, existe a “tarifa social” que permite o pagamento de taxas mais baixas e destinada a famílias com baixos recursos económicos. Existe igualmente uma tarifa destinada a famílias numerosas que permite economia no pagamento da água consumida. Nunca, em circunstância alguma, foi cortado o abastecimento de água por falta de pagamento em situações de poucos recursos económicos quando os consumidores cumprem o estipulado. Resta-me acrescentar que é mesmo facilitado o pagamento na aquisição do contador de água quando essa situação se justifica. Todas estas medidas revelam a enorme preocupação deste Município com as famílias que atravessam momentos difíceis. Medidas semelhantes estão a ser tomadas relativamente à Habitação Social.”

Relativamente às declarações de voto dos senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira e Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, o **senhor Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu o seguinte: *“Para além do que a senhora Vereadora Dra. Marina Valle referiu, não nos podemos esquecer de que o Município de Lamego durante a gestão do Partido Socialista, por falta de alternativas, teve de aderir às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, adesão essa que levou ao aumento do custo da água, porquanto lhe estão afetados vários investimentos.*

Daí resulta que o Município tem de pagar a água que é consumida, desde logo assumindo um diferencial entre o custo da água e aquilo que os Municípios pagam, ou seja há logo aqui um custo social assumido pela Câmara de acordo com os respetivos escalões, para além das situações já referidas pela senhora Vereadora.

Quanto à taxa de proteção civil o valor é de 0.75 cêntimos / mensais por cada contador instalado e não indexada a qualquer consumo.

Julgo que podemos admitir que o valor estabelecido é residual, sendo que no seu conjunto contribui para ajudar a custear um serviço indispensável a todos nós.”

Vice-Presidente

Secretária

20-ASSUNTO: CONSELHO GERAL DA ESCOLA SECUNDÁRIA /3 DE LATINO COELHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação nº. 529/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que, nos termos, do ponto 4 do artigo 14º do Decreto-Lei nº. 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei nº. 137/2012, de 2 de julho, e face ao solicitado pelo Agrupamento de Escolas Latino Coelho, através do ofício, datado de 28 de outubro de 2013, propõe à Câmara Municipal que sejam designados três representantes do Município para integrarem o Conselho Geral Transitório que são os seguintes:

- Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira;
- Sr. António Manuel da Costa Roçado;
- Sr. Macário Cardoso Rebelo.

A proposta em análise suscitou dúvidas por parte dos senhores Vereadores do Partido Socialista, que questionaram o senhor Presidente da Câmara, em exercício, quanto à competência da prática deste ato, tendo, no entanto, apresentado uma proposta alternativa, com os seguintes representantes:

- Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira;
- Sr. Jerónimo Rafael da Silva Gonçalves;
- Sr. Macário Cardoso Rebelo.

Deliberação: Face às dúvidas levantadas pelos senhores Vereadores do Partido Socialista, quanto à competência da prática deste ato, se o órgão colegial, Câmara Municipal, ou o órgão singular, Presidente da Câmara, o Executivo deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da reunião.

21-ASSUNTO: MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO (COD 20)

Presente à reunião o e-mail, datado de 4 de novembro de 2013, emanado da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, no qual remete a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Lamego e a referida instituição, que visa a cedência gratuita de instalações, sitas na antiga Escola de Hotelaria de Viseu, em Lamego.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

Vice-Presidente

Secretária

22-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIO (COD 08)**REQUERENTE:** APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO

Presente à reunião o ofício n.º 146, datado de 31 de outubro de 2013, emanado da APITIL – Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego, que refere que a APITIL pediu 50.000,00€ (cinquenta mil euros) de subsídio de compensação que se destinavam ao pagamento de dois salários aos funcionários para evitar o pedido de despedimento por justa causa e as indemnizações correspondentes.

Tal pedido foi objeto de deliberação da reunião de Câmara Municipal, realizada no dia 3 de setembro de 2013, tendo sido atribuído um valor de 37.500,00€ aos quais foi deduzida a quantia da água em dívida, que afirma não estar correta, solicitando, por isso, o pagamento do valor remanescente.

Deliberação: O Executivo Municipal tomou conhecimento e analisou o ofício enviado pela APITIL. O senhor Vereador Armínio Mendes ficou esclarecido que já foi atribuído um subsídio à APITIL e que a esse subsídio foi deduzido o valor da água em dívida ao Município de Lamego, por parte daquela Associação. Mais foi informado de que foi solicitado aos serviços a reapreciação do valor da água em dívida, face à reclamação apresentada pela APITIL, sendo certo que caso se verifique algum erro no valor descontado, este será corrigido.

O Senhor Vereador Armínio Mendes propôs ainda que fosse analisada a situação financeira da APITIL a curto e médio prazo de forma a que a Câmara estivesse em condições de analisar a possível atribuição de mais um subsídio até ao Natal de 2013.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração: *“Sou favorável a que se ajude todas as Instituições de Solidariedade Social. Assim, no que respeita à APITIL deve esta Instituição comprometer-se com um plano de viabilidade e recuperação sustentado, de modo a criar confiança junto dos seus parceiros. A Câmara deve ouvir a Instituição e dentro da sua margem de manobra e de acordo com a Lei dos Compromissos e com a sua disponibilidade financeira ajudar a respectiva Instituição.”*

Vice-Presidente

Secretária

23-ASSUNTO: QUIOSQUE DA RUA DE FAFEL (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 510/47/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Manuel de Oliveira e a sua filha Vera Lúcia Pinto de Oliveira, por requerimento, datado de 28 de agosto de 2013, solicitaram à Câmara Municipal autorização para o primeiro ceder à sua referida filha, a "exploração do Quiosque de Fafel, sito em frente ao Centro de Saúde ... nos mesmos moldes em que aquele já figurava". Para o efeito refere que, face ao seu estado de saúde, não se sente capaz de assumir as responsabilidades, com diligência e zelo, que aquela exploração exige e, como tal, solicita a cedência da sua posição à sua filha Vera, que se encontra desempregada.

Compulsado o processo constata-se que, por requerimento datado de 23.04.1992, Manuel de Oliveira solicitou a atribuição do direito de ocupação de um espaço de domínio público na Rua de Fafel, para instalação de um quiosque. Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 04.05.1992, foi aprovado, por unanimidade, o pedido condicionando a localização e projeto do mesmo a informação do Sr. Diretor de Departamento Técnico.

O executivo camarário, em reunião de 08.02.1993 aprovou o modelo de quiosque a colocar na Rua de Fafel e autorizou a ocupação com 2 módulos de 2,25m cada de espaço de domínio público, mediante o pagamento da respetiva taxa mensal que deveria ser paga adiantadamente entre o dia 1 e o dia 8 de cada mês.

O Regulamento municipal de ocupação do espaço público no Município de Lamego define no seu artigo 3º, alíneas b) e n), respetivamente que:

- ocupação do espaço público - qualquer implantação, utilização ou instalação feita por meio de qualquer estrutura, equipamento, mobiliário urbano ou suporte publicitário, em espaço pertencente ao domínio público, incluindo o solo e o espaço aéreo;*
- quiosque - elemento de mobiliário urbano de construção aligeirada, com definição do espaço interior, constituído por base, corpo, cobertura, balcão, toldo e expositores.*

Vice-Presidente

Secretária

Nos termos do artigo 15º deste Regulamento, o pedido de mudança de titularidade da licença de ocupação do espaço público depende de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sendo a mesma averbada ao título.

Relativamente à utilização do domínio público pelos particulares, o Prof. Marcello Caetano (in Direito Administrativo, vol. II,) refere que "o uso privativo ao domínio público é aquele que é consentido a uma ou algumas pessoas determinadas, com base num título jurídico individual, que ficam com o direito de privar qualquer outra pessoa da utilização que lhes foi permitida. O direito de uso privativo só se constitui por título especial - acto administrativo ou contrato.

O uso privativo do domínio público permitido através de uma licença é um título r precário. É exemplo de uso privativo consentido mediante licença, a instalação na via pública de quiosque."

O uso privativo não é em regra gratuito: os particulares são obrigados ao pagamento de taxas calculadas em função da área a ocupar e do valor das utilidades proporcionadas, sendo o prazo da licença fixado de acordo com tempo necessário para a amortização dos capitais investidos.

"Os direitos de uso privativo são em geral transmissíveis, obtido o consentimento da entidade que os conferiu. Deve considerar-se nula a transmissão não autorizada previamente, excepto nos casos de sucessão mortis causa em que a transmissão para os herdeiros é válida independentemente da autorização, tornando-se, no entanto, a concessão rescindível pela Administração, se isso lhe convier." (obra citada).

O direito de uso privativo pode extinguir-se por conveniência do interesse público. As licenças, precárias, podem ser revogadas a todo o tempo sem que por isso o particular tenha direito a qualquer indemnização. Já no caso das concessões, estas só podem ser objeto de rescisão por conveniência do interesse público, mediante o pagamento ao particular de uma indemnização equivalente ao valor das obras realizadas que ainda não estiver amortizado, calculado em função do tempo que faltar para terminar o prazo da concessão."

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere decidir se autoriza, ou não, a transmissão do direito de ocupação do espaço de domínio público na Rua de Fafel, onde está instalado o quiosque, para Vera Oliveira, filha do atual titular desse direito precário.

Vice-Presidente

Secretária

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transmissão do direito de ocupação do espaço de domínio público na Rua de Fafel, onde está instalado o quiosque, para Vera Lúcia Pinto de Oliveira.

24-ASSUNTO: VISTORIA POR TRÊS TÉCNICOS (COD 42)

REQUERENTE: CARLOS ALBERTO MARTINS FONSECA

LOCAL DA OBRA: RUA DO CANTINHO, N.º 11 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 530/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º 513, de 24/10/2013 nos termos da aplicação conjugada dos artigos 141.º e 142.º, n.º 1, do CPA, delibere revogar a deliberação tornada na reunião realizada a 11.06.2013, mediante a qual homologou o auto de vistoria n.º 27, de 09.05.2013, determinando a realização de nova vistoria ao imóvel sito na Rua do Cantinho, n.º 11, na Freguesia de Lamego (Almacave e Sé), nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

25-ASSUNTO: ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/77 (COD 42)

REQUERENTE: JOÃO ALMEIDA

LOCAL DA OBRA: ALDEIA DE S. JOÃO - SERRA DAS MEADAS - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 534/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo, que vem acompanhada da informação n.º 2978/DUDE, de 19/09/2013 referindo que o proprietário dos lotes 11, 12, 14 e 15, João Miguel de Oliveira Guedes Marques colocou um portão e dois pilares no domínio público encerrando, assim, um caminho de domínio público.

Face ao exposto, propõe que a Câmara Municipal aprecie e delibere a situação de facto já criada.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Armínio José Teixeira Mendes, notificar o proprietário dos lotes João Miguel de Oliveira Guedes Marques, para no prazo de 15 dias proceder à remoção dos pilares e portão colocados na via pública.

26-ASSUNTO: ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/03 (COD 42)**REQUERENTE: JOSÉ MANUEL MELO GUEDES****LOCAL DA OBRA: VINHA DONEA - LALIM**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 535/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo, que refere que de acordo com o parecer do chefe da DUDE, de 25/09/2013, a Câmara Municipal deliberou a caducidade do alvará de loteamento n.º 1/03 e a execução das obras de urbanização em falta (pavimentação de 40,00 m2 de passeio em pavê), para a proteção de terceiros adquirentes dos lotes.

De acordo com a informação de 23/09/2013 do chefe da DMSU exarada no parecer do chefe da DUDE, de 28/06/2013, o passeio já se encontra pavimentado, não em pavê, mas em betonilha. Assim, não lhe parece que seja de destruir o pavimento existente para o executar em pavê, dado que se está a atravessar um período de contenção de custos e não existe caução para a execução das obras e não está a ser colocado em causa o interesse dos adquirentes dos lotes, pois o passeio está pavimentado.

Pelo exposto, propõe que a Câmara Municipal proceda à emissão oficiosa do alvará de loteamento e dê conhecimento ao conservador do registo predial, nos termos do definido no n.º 4 do artigo 84.º do RJUE.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

27-ASSUNTO: REMODELAÇÃO DE UM EDIFÍCIO (COD 42)**REQUERENTE: JOÃO GIRÃO DE AZEREDO****LOCAL DA OBRA: QUINTA DOS VARAIS - CAMBRES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 536/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo propondo que, para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 40, de 11 de setembro de 2013, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo IX – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

28-ASSUNTO: IMÓVEL EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO (COD 42)**REQUERENTE: FREGUESIA DA SÉ**

Vice-Presidente

Secretária

LOCAL DA OBRA: RUA NOSSA SENHORA DOS MENINOS, N.º 13 – BAIRRO DA PONTE - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 537/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo propondo que, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 40, de 11 de setembro de 2013, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

29-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE PENUDE

LOCAL DA OBRA: RUA DO EITÃO - PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 538/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo propondo que, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 34, de 26 de junho de 2013, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

30-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)

REQUERENTE: PATRÍCIA CUNHA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO CONVENTO DE FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 539/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo propondo que, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 35, de 28 de junho de 2013, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo V – conclusão, do citado auto de vistoria.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

31-ASSUNTO: QUEIXA DE CASA EM RUÍNA (COD 42)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE LAMELAS - VILA NOVA DE SOUTO DEL REI

Vice-Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 540/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo propondo que, para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja homologado o auto de vistoria n.º 31, de 21 de junho de 2013, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – conclusão, do citado auto de vistoria, nomeadamente notificar os proprietários para, no prazo de 30 dias, procederem à demolição das escadas exteriores, à limpeza do entulho existente no interior, a tapar o buraco existente na parede meeira e a vedar todo o espaço de modo a impedir o acesso, dado que se desconhece quem são os proprietários, propõe a notificação por edital.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

32-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR (COD 42)

REQUERENTE: TRADIMASSAS – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

LOCAL DA OBRA: SENHOR DO CALVÁRIO - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 541/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo que vem acompanhada da informação n.º 2391/DUDE, de 26.07.2013, e do parecer do Chefe da DUDE, propondo à Câmara Municipal que reconheça o interesse na conclusão da obra em epígrafe, e nos termos do definido no n.º 3 do artigo 88º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, seja concedida especial uma licença de especial para a sua conclusão, pelo prazo de seis meses, atendendo a que não se mostra aconselhável a demolição da obra, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas e económicas.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

33-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO COM PRESERVAÇÃO DAS FACHADAS (COD 42)

REQUERENTE: ANTÓNIO COELHO

LOCAL DA OBRA: RUA DA OLARIA - SÉ - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 542/42/13 do senhor Vereador das Obras e Urbanismo que vem acompanhada informação n.º 2079/DUDE, de 19/06/2013 e do parecer do chefe da DUDE, de 25/06/2013, referindo que o requerente solicitou a isenção das taxas pelo licenciamento da obra em título, no

Vice-Presidente

Secretária

valor de 1.669,81€, alegando que está a passar por dificuldades económicas, mas não apresentou qualquer documento que o demonstre, alega que o edifício se encontrava em elevado estado de degradação e que iria acabar por ruir se não fosse intervencionado, que a intervenção vai dignificar o edificado da rua de Olaria.

De acordo com o referido no artigo 24º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, compete à câmara municipal deliberar sobre as dispensas totais ou parciais do pagamento de taxas municipais e nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 26º do citado regulamento, a câmara municipal pode isentar ou reduzir o pagamento das taxas constantes da Tabela Geral anexa, sem prejuízo das licenças ou autorizações necessárias a pagar por pessoas singulares a quem seja reconhecida insuficiência económica.

Atendendo ao exposto, sendo o valor das taxas a liquidar de 1.669,81€, propõe que a câmara municipal delibere se isenta ou reduz e em que percentagem o valor das taxas a liquidar.

Deliberação: Atendendo à grave situação económico financeira que o país está a atravessar e ao impacto negativo que a mesma provoca na economia local, designadamente nas empresas e nas famílias, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com o Regulamento de Taxas e Licenças em vigor no Município, aprovar uma redução de 50% do valor das taxas a liquidar pelo licenciamento da obra, que assim passará de 1.669,81€ para 834,91€.

APÓS A ORDEM DO DIA

Entrado no período após a ordem do dia os Vereadores do Partido Socialista questionaram o Executivo Municipal, com fundamento no n.º 2 do artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, sobre a necessidade de proceder a uma votação preliminar, através de proferição de uma deliberação, que permita deliberar assuntos não incluídos na ordem do dia.

A votação a que se faz alusão implica o reconhecimento dessa necessidade, por pelo menos 2/3 do Executivo.

Efetuada a votação verificou-se um empate, com 3 votos a favor do Presidente da Câmara, em exercício, e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e 3 votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, pelo que não foi

Vice-Presidente

Secretária

satisfeito o requisito dos 2/3 acima referidos tendo, no entanto, sido reconhecida a necessidade e urgência de incluir, por unanimidade, os pontos 35 e 37, sendo retirados os pontos 34 e 36, dado que os Vereadores do Partido Socialista argumentaram não ter tido tempo para análise e ponderação dos referidos assuntos, considerando a extemporaneidade na sua entrega.

O senhor **Vereador Jorge Guedes Osório Augusto** referiu que tem uma interpretação diferente da dos senhores vereadores do Partido Socialista, já que os assuntos em causa faziam parte da Agenda previamente enviada e como tal incluídos nos pontos da reunião, entendendo que a sujeição dos assuntos a 2/3 de votação se destina a assuntos apresentados na própria reunião, o que não era o caso.

34-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A DANOS SOFRIDOS NA VIATURA (**COD 17**)

REQUERENTE: PATROCÍNIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MEDEIROS

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE REPOLOS – SOUTO COVO - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 543/17/13 do senhor Presidente da Câmara que vem acompanhada da informação n.º 500/PAT, dando conhecimento da pretensão da senhora Patrocínia da Conceição Ferreira Medeiros, de ser ressarcida de 1.440,84€ (mil, quatrocentos e quarenta euros e oitenta e quatro cêntimos), que corresponde ao valor dos danos que sofreu na sequência de sinistro de que foi alvo no dia 03 de agosto de 2013, pelas 09.00h, na estrada de souto Covo. A lesada seguia na referida via. quando na tentativa de se desviar de um buraco, foi de encontro a outro, o que provocou o rebentamento imediato do pneu da frente do lado direito, e danos ao nível do braço da direção, amortecedor, rótula da suspensão e tirante da barra estabilizadora. Não apresenta o auto das autoridades, mas apresenta testemunha do sucedido.

O sinistro foi participado à Companhia de Seguros Açoreana, no dia 7 de agosto através do ofício n.º 9583 e a peritagem efetuada no dia 21 de agosto.

Entretanto, a lesada recebeu ofício da seguradora, dando-lhe conhecimento que a reclamação não se afigura suscetível de acionar a garantia de

Vice-Presidente

Secretária

responsabilidade civil, pelo que se dirigiu a este serviço e redigiu novo requerimento.

O perito transmitiu aos serviços que não haveria lugar a indemnização, porque não se tratava de um buraco no local, mas de uma estrada inteira em muito mau estado, e que é da responsabilidade do Município manter as estradas transitáveis.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que aprecie e delibere o pedido da requerente.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos, voltando numa próxima reunião.

35-ASSUNTO: XIV PASSEIO DE AUTOMÓVEIS CLÁSSICOS – DOURO PATRIMÓNIO MUNDIAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 544/20/13 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que ratifique o seu despacho, datado de 7 de novembro de 2013, no qual autorizou a realização do XIV Passeio de Automóveis Clássicos – Douro Património Mundial, realizado pelo Clube Automóvel de Lamego, no dia 10 de novembro de 2013, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, entre as 9.00h e as 10.00h.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

36-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 545/62/13 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do Dec. Lei 44/2005, de 23 de fevereiro, delibere pela alteração da seguinte sinalização de trânsito, na Freguesia da Sé:

- Retirar o sinal vertical de cedência de passagem (B1), no entroncamento da Meia Laranja, no sentido rua Cónego José Pinto Teixeira - A24.
- Colocar o sinal vertical de cedência de passagem (B1), no entroncamento da meia Laranja, no início da rua Quinze de Março, no sentido rua Alexandre Herculano -A24,

A sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08

Vice-Presidente

Secretária

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos, voltando numa próxima reunião.

37-ASSUNTO: NOMEAÇÃO DOS ELEMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LAMEGO CONVIDA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, EEM, ENQUANTO PERDURAR A COMISSÃO LIQUIDATÁRIA (COD 22-A)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 546/22-A/13 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que, nos termos dos Estatutos da Empresa Municipal Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, e Lei 50/2012, de 31 de agosto, sejam nomeados para exercer funções no Conselho de Administração da Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais, EEM, enquanto perdurar a Comissão Liquidatária, os seguintes elementos:

Presidente: Francisco Manuel Lopes

Vogal: Paulo Jorge Nazaré Correia

Vogal: Joaquim Migueis Ferreira da Silva

Fiscal Único: Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves e como suplente Hermínio António Paulos Afonso.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com três votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e três votos a favor dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, tendo o senhor Presidente da Câmara, em exercício, utilizado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Os Vereadores do Partido Socialista vão votar contra esta nomeação. Assim, peço informação e esclarecimentos sobre a decisão que permitiu que o prazo de extinção fosse prorrogado. Afirmando que sobre a Empresa Municipal “Lamego Convida” é sobejamente conhecida a posição do PS. O PS sempre foi contra a criação desta empresa, por considerar que a Câmara Municipal podia muito bem continuar com toda a eficácia e eficiência a assumir as funções, que foram cometidas à Empresa. Acresce que esta Empresa é a grande responsável pelas dificuldades financeiras que a Câmara atravessa.”*

Vice-Presidente

Secretária

O senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que tal como havia sido dito no início, esta votação destinava-se a renovar a nomeação já anteriormente deliberada e aprovada em Assembleia Municipal, sendo novamente presente somente pelo simples facto de ser ter iniciado um novo mandato.

38-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

39-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária